

EDITORIAL

Nihil agere quod non prosit
[Phaedrus, *Fabulae* 3.17.13]

Não se faça nada que não seja útil

A ideia para o tema do caderno temático deste terceiro volume da revista *Praxis Archaeologica* —Arqueologia versus divulgação: as novas fronteiras do conhecimento arqueológico— surge da constatação de que esta é, cada vez mais, uma questão recorrente no discurso sobre a prática arqueológica.

É mais ou menos consensual que existe uma empatia genérica do público não especializado para com a arqueologia, sem dúvida devido à carga de mistério que comporta, associada ao fascínio da *descoberta* (muitas vezes entendida como sinónimo de *aventura*). Se esta empatia existe, também é frequente ouvir queixas sobre a linguagem hermética dos arqueólogos e sobre a sensação da disciplina ser um território de iniciados que pouco ou nada deixam transparecer para o exterior. E, sobre isto, ouvem-se cada vez mais as vozes dos arqueólogos reclamando a necessidade da divulgação a par da investigação, enaltecendo a importância do retorno social dos trabalhos arqueológicos.

Conscientes da relevância e da pertinência da questão, procurámos reunir neste volume contributos para a sua reflexão e discussão, sempre na tentativa de responder à mesma pergunta: que podemos nós, arqueólogos, fazer para melhorar a prática arqueológica e a tornar socialmente útil?

Chamamos *novas* a estas fronteiras do conhecimento arqueológico porque em Portugal elas começaram a definir-se num passado relativamente recente. Se a presença da arqueologia no nosso país é tão antiga quanto a afirmação da disciplina no contexto europeu, a necessidade da justificação social do trabalho dos arqueólogos surge sobretudo a partir do mediático caso da arte rupestre do Côa e da inclusão do património arqueológico nos processos de avaliação de impacte ambiental, bem como no licenciamento de operações urbanísticas em centros históricos e em monumentos classificados e respectivas áreas de protecção.

O extenso artigo que apresenta um modelo de gestão para o que é, até ao momento, o único parque arqueológico em Portugal, representa um importante manancial de informação para a reflexão sobre uma das mais singulares experiências da arqueologia nacional, que urge rentabilizar do ponto de vista social e cultural, face ao investimento (e desinvestimento) público a ela associada. A par desta proposta para uma realidade *descoberta* num passado recente, o modelo do parque temático é reclamado para a valorização de um dos conjuntos que há mais tempo é investigado no nosso país: o megalitismo de Évora. Esta “utopia alentejana” é defendida com recurso à apresentação de experiências internacionais, expondo propostas

concretas para a mediação com públicos não especializados. No que diz respeito à mediação com o público, destacamos ainda o artigo sobre a utilização da ilustração como ferramenta de interpretação de sítios arqueológicos em contexto museal.

A apresentação de casos concretos de valorização e musealização de sítios e monumentos arqueológicos encontra neste volume um espaço privilegiado, salientando-se o projecto desenvolvido em torno do povoado fortificado do Cossourado, bem como a abordagem panorâmica destas experiências em Portugal, incluída no artigo sobre a problemática da valorização dos sítios arqueológicos. A discussão de problemáticas e modelos é transversal a todos os textos agora reunidos, embora os primeiros artigos possam representar o que chamaríamos o corpo teórico do volume, com a exposição de perspectivas baseadas em contextos profissionais diversos, como a universidade ou as empresas.

Fundamental para a reflexão teórica sobre este tema é o contributo que nos trazem os nossos colegas brasileiros, cuja colaboração com a revista *Praxis Archaeologica* nos apraz registar pelo segundo ano consecutivo. Centrada num contexto político, social e cultural muito distinto do que conhecemos no espaço europeu, o caso da arqueologia pública brasileira alarga o horizonte da discussão e pode constituir-se como ponto de partida para o desenvolvimento de melhores práticas baseadas na partilha de experiências.

Apresentam-se ainda neste volume alguns artigos que não incluímos à partida no caderno temático mas que, dada a abrangência do mesmo, acabam por também com ele estar relacionado. Com efeito, as

reflexões apresentadas sobre o paradigma de gestão e a recente (re)organização institucional da arqueologia em Portugal na demanda da raiz do poder, acabam por ter a questão do retorno social da actividade como ponto central.

Os últimos dois artigos deste número representam uma das políticas da actual Direcção da APA: a fixação em suporte escrito de actividades desenvolvidas no âmbito da associação, ultrapassando deste modo a dimensão do grupo restrito que nelas participou. A representação da APA na 3ª Conferência Nacional de Avaliação de Impactes (CNAI'08) — não incluída nas respectivas actas — fica assim disponível, bem como a primeira parte de um texto que surge na sequência do workshop “Estudos Integrados de Indústrias Líticas”, organizado pela APA em colaboração com a Universidade do Algarve em 2005. Com a publicação deste texto (cuja segunda e última parte será dada à estampa no próximo número) todos os interessados podem usufruir de um conjunto de orientações teóricas e sugestões metodológicas para o estudo de uma temática tradicionalmente afastada da investigação da pré-história recente em Portugal.

A moral da pequena fábula de Fedro que serve de epígrafe a este editorial serve também de mote ao conjunto de textos reunidos no terceiro volume da *Praxis Archaeologica*. Da reflexão teórica à discussão da prática, do caderno temático aos restantes artigos, a perspectiva editorial é exactamente a de nada publicar que não seja útil. Esperamos tê-lo conseguido ou, pelo menos, ter continuado a contribuir para o debate que consideramos essencial para o desenvolvimento sustentado da nossa profissão.